

# Índice

<b>Prefácio</b>	<b>13</b>
<b>Introdução</b>	<b>15</b>
0.1 Análise de mercados	15
0.2 Obstáculos à livre concorrência	17
0.3 Escândalos empresariais no século XXI	19
0.4 Hipocrisia no setor bancário	22
0.5 Pilares da deontologia	26
<b>Capítulo 1 – RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES</b>	<b>29</b>
1.1 Conceito	30
1.2 Evolução do conceito de responsabilidade social	33
1.2.1 Epigénese da responsabilidade social	33
1.2.2 Responsabilidade social na segunda metade do século XX	34
1.2.3 Percepção contemporânea do conceito	36
1.2.4 Responsabilidade social das organizações	39
1.2.4.1 Enquadramento concetual da responsabilidade social	39
1.2.4.2 Dimensões da responsabilidade social das organizações	40
1.2.4.2.1 Dimensão interna da responsabilidade social das empresas	40
1.2.4.2.2 Dimensão externa da responsabilidade social das empresas	43
1.2.4.2.3 Outras dimensões da responsabilidade social das empresas	46
1.3 Teorias e abordagens de responsabilidade social	46
1.3.1 Teorias da responsabilidade social	47
1.3.1.1 Teorias instrumentais	49
1.3.1.2 Teorias políticas	51
1.3.1.3 Teorias integrativas	52
1.3.1.4 Teorias éticas	53
1.3.2 Teoria dos <i>stakeholders</i> e grupos de interesses	54
1.4 Estratégias de RSO	56
1.5 Gestão da responsabilidade social das organizações	59
1.5.1 Introdução	59
1.5.2 Linhas gerais da ISO 26000	62
1.5.3 Potenciais limitações da norma	62
1.5.4 Potenciais benefícios da norma	64
1.6 Desenvolvimento sustentável	65

1.6.1 Níveis do desenvolvimento sustentável	65
1.6.2 Conceito de desenvolvimento sustentável	66
1.6.3 <i>Triple bottom line</i>	68
1.6.3.1 Dimensão económica	70
1.6.3.2 Dimensão social	71
1.6.3.3 Dimensão ambiental	71
1.7 A responsabilidade social das organizações na União Europeia	73
1.8 Relato da responsabilidade social das organizações	75

## **Capítulo 2 – CONSTRUIR A CONFIANÇA** 77

2.1 Introdução	79
2.2 Conceito de confiança	80
2.3 Formas de confiança	82
2.4 Avaliação da confiança	85
2.4.1 Métricas da confiança	85
2.4.1.1 Métricas empíricas	86
2.4.1.2 Métricas formais	87
2.4.1.3 Propriedades das métricas	88
2.5 Gestão da confiança	89
2.5.1 Códigos éticos	89
2.5.2 <i>Corporate governance</i>	91
2.5.3 Diálogo entre as partes interessadas	91
2.6 Dimensões da confiança	92
2.7 Exemplos de medidas de confiança	94

## **Capítulo 3 – CORPORATE GOVERNANCE** 97

3.1 Conceito e sua evolução	98
3.2 Elementos do governo das sociedades	99
3.2.1 Fins da governabilidade organizacional	99
3.2.2 Objeto da governabilidade organizacional	100
3.2.3 Implementação do poder legítimo	101
3.3 Abordagens da governabilidade organizacional	101
3.3.1 Perspetiva tecnocrática	103
3.3.1.1 Separação da propriedade e do controlo das empresas	103
3.3.1.2 O poder do saber	104
3.3.1.3 Marginalização dos acionistas	104
3.3.1.4 Da tecnocracia à oligarquia	104
3.3.1.5 Críticas à perspetiva tecnocrática	105

3.3.2 Perspetiva financeira	105
3.3.2.1 Propostas de definições financeiras	106
3.3.2.2 Divergência de interesses entre acionistas e gestores	107
3.3.2.3 Legitimidade dos acionistas	109
3.3.2.4 Lucro residual como indicador de eficiência	110
3.3.2.5 Mecanismos de resolução de conflitos	111
3.3.3 Perspetiva pluralista	116
3.3.3.1 Propostas de definições pluralistas	116
3.3.3.2 Conceito de partes interessadas	117
3.3.3.3 Perspetivas da abordagem pluralista	119
3.3.3.4 Críticas à perspetiva pluralista	121
3.4 Relato da <i>corporate governance</i>	123
<b>Capítulo 4 – ÉTICA</b>	127
4.1 Génese da ética	128
4.1.1 Moral, ética e deontologia	128
4.1.2 Conceito de ética	130
4.1.3 Tipos de erro em ética	131
4.2. Ética organizacional	132
4.2.1 Padrões de ética organizacional	133
4.2.2 Gestão ética	135
4.2.3 Tomada de decisão ética	136
4.3 Da ética organizacional à deontologia profissional	139
<b>Capítulo 5 – INSTRUMENTOS DE ÉTICA</b>	141
5.1 Competências individuais	142
5.2 Tipologia de códigos	144
5.2.1 Códigos de ética	147
5.2.1.1 Definição de código de ética	147
5.2.1.2 Contexto e objetivos dos códigos de ética	147
5.2.1.3 Conteúdo dos códigos de ética	149
5.2.1.4 Emissores dos códigos de ética	150
5.2.1.5 Funções dos códigos de ética	152
5.2.1.6 Cumprimento dos códigos de ética	152
5.2.2 Códigos de conduta	152
5.2.2.1 Definição de código de conduta	153
5.2.2.2 Contexto e objetivos dos códigos de conduta	153
5.2.2.3 Conteúdo dos códigos de conduta	155

5.2.2.4 Emissores dos códigos de conduta	156
5.2.2.5 Funções dos códigos de conduta	156
5.2.2.6 Cumprimento dos códigos de conduta	156
5.2.3 Códigos de boas práticas	157
5.2.3.1 Definição de código de boas práticas	157
5.2.3.2 Contexto e objetivos dos códigos de boas práticas	158
5.2.3.3 Conteúdo dos códigos de boas práticas	159
5.2.3.4 Emissores dos códigos de boas práticas	160
5.2.3.5 Funções dos códigos de boas práticas	161
5.2.3.6 Cumprimento dos códigos de boas práticas	161
5.2.4 Códigos deontológicos	162
5.2.4.1 Definição de código deontológico	162
5.2.4.2 Contexto e objetivos dos códigos deontológicos	162
5.2.4.3 Conteúdo dos códigos deontológicos	163
5.2.4.4 Emissores dos códigos deontológicos	163
5.2.4.5 Funções dos códigos deontológicos	164
5.2.4.6 Cumprimento dos códigos deontológicos	164
5.3 Associações públicas profissionais e de interesse público em Portugal	164
5.3.1 Conceito de associação pública profissional	165
5.3.2 Estrutura e órgãos das associações públicas profissionais	166
5.3.3 Instrumentos de implementação da ética profissional	167
5.4 Mercado da informação financeira	169
<b>Capítulo 6 – ORDENS PROFISSIONAIS E INFORMAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>173</b>
6.1 Introdução	174
6.2 Ordem dos Economistas	176
6.2.1 Natureza	176
6.2.2 Atribuições	176
6.2.3 Título profissional e exercício da profissão	177
6.2.3.1 Título profissional	177
6.2.3.2 Exercício da profissão	177
6.2.4 Inscrição e categorias de membros	178
6.2.4.1 Inscrição	178
6.2.4.2 Categorias de membros	178
6.2.5 Colégios de especialidade profissional	179
6.2.5.1 Título de especialista	182
6.2.6 Estrutura organizacional	183
6.2.7 Normas deontológicas e códigos de boas práticas	187

6.2.7.1 Normas deontológicas e deveres	187
6.2.7.2 Códigos de boas práticas	188
6.3 Ordem dos Revisores Oficiais de Contas	189
6.3.1 Natureza	189
6.3.2 Atribuições	189
6.3.3 Categorias de membros e exercício da profissão	191
6.3.3.1 Categorias de membros	191
6.3.3.2 Formas de exercício da profissão	191
6.3.4 Estrutura organizacional	192
6.3.5 Âmbito de atuação dos revisores oficiais de contas	200
6.3.5.1 Atos próprios dos ROC	200
6.3.5.2 Auditoria às contas	200
6.3.5.3 Revisão legal das contas	201
6.3.5.4 Certificação legal das contas	201
6.3.5.5 Relatórios	203
6.3.6 Direitos e deveres	203
6.3.6.1 Direitos e deveres específicos	203
6.3.6.2 Vínculo contratual, inamovibilidade e rotação	204
6.3.6.3 Deveres	204
6.3.7 Incompatibilidades e impedimentos	205
6.3.7.1 Incompatibilidades	205
6.3.7.2 Impedimentos	206
6.4 Ordem dos Contabilistas Certificados	207
6.4.1 Denominação e natureza	207
6.4.2 Atribuições	208
6.4.3 Título e atividade profissional	209
6.4.3.1 Título profissional	209
6.4.3.2 Atividade profissional	209
6.4.4 Modos de exercício da atividade	211
6.4.5 Categorias de membros	211
6.4.6 Qualidade de contabilista certificado	212
6.4.7 Título de especialista e colégios de especialidade	213
6.4.7.1 Título de especialista	213
6.4.7.2 Colégios de especialidade	214
6.4.8 Estrutura organizacional	216
6.4.9 Direitos, deveres e incompatibilidades	220
6.4.9.1 Direitos	221
6.4.9.2 Deveres	222

6.4.9.3 Incompatibilidades	224
6.4.10 Código deontológico	225
6.4.10.1 Princípios gerais	225
6.4.10.2 Competência profissional	226
6.4.10.3 Princípios e normas contabilísticas	226
6.4.10.4 Contrato escrito	226
6.4.10.5 Confidencialidade	227
6.4.10.6 Prestação de informação	227
6.4.10.7 Conflito de interesses	228
6.4.10.8 Honorários	228
6.4.10.9 Lealdade entre contabilistas certificados	229
6.4.10.10 Infração deontológica e sociedades	229
6.5 Sociedades de profissionais sujeitas a associações públicas profissionais	230
<b>Bibliografia</b>	<b>233</b>